

Maria do Rosário Ferreira, José Carlos Ribeiro Miranda (eds.), *Natura e natureza no tempo de Afonso X, o Sábio*, (Textos e Estudos de Filosofia Medieval, 9), Ed. Húmus, Vila Nova de Famalicão 2015; 240 pp.; ISBN 9789897551376.

A importância dos conceitos de “natura” e “natureza” está atestada pela sua presença nos vários domínios da cultura escrita medieval. Ambos têm suscitado o interesse dos investigadores do Gabinete de Filosofia Medieval/Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, como fica patente em anteriores títulos da coleção onde é publicado este volume, em particular *Pensar a natureza. Problemas e respostas na Idade Média (Séculos IX-XIV)*, organizado por José Meirinhos e Manuel Lázaro Pulido (volume 2) e *De natura: La naturaleza en la Edad Media*, organizado por José Luís Fuertes Hereros e Ángel Poncela González (volume 8, em 2 tomos). Acrescenta-se agora o volume aqui recenseado, com edição de Maria do Rosário Ferreira e José Carlos Miranda.

Os assuntos abordados neste volume transcendem o mundo das letras latinas e da filosofia, já que os 11 artigos reunidos se dedicam ao estudo da “natura” e da “natureza/natureza” no âmbito geral da cultura ibérica medieval.

O ponto de partida é a obra de Afonso X, o sábio, rei de Castela e Leão entre 1255 e 1282, responsável pela introdução desta terminologia na língua castelhana (e talvez através dela na língua portuguesa?) e o primeiro a empregar estes conceitos na construção da sua mundivisão política. Os estudos publicados não se limitam a investigar a sua aplicação à corte e ao *scriptorium* afonsinos, refletindo também sobre o uso dos dois conceitos por outras instituições políticas e religiosas ibéricas. A maioria dos estudos incluídos no volume resultam de apresentações e sua discussão no colóquio organizado pelos dois grupos de investigação em Filosofia Medieval do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto sob o título

“Natura e natureza Confluência e irradiação cultural da corte de Afonso X” e que decorreu a 8 e 9 de novembro de 2013.

Os trabalhos coligidos cobrem o estudo da receção destes conceitos a partir de uma variedade de tipologias textuais considerável, com especial ênfase na análise de textos jurídicos, sapienciais e poéticos. Esta abrangência mostra a disseminação e difusão dos conceitos de *natura* e *naturaleza/natureza* um pouco por todos os ramos da literatura medieval ibérica, sinal claro da importância que ambos adquirem a partir da segunda metade do século XIII nas letras peninsulares. Estes conceitos tornam-se operativos em várias áreas do saber e em diferentes culturas, como é evidenciado pela sua presença em textos redigidos em línguas distintas, entre as quais se destacam o latim, o árabe, o hebraico, o galego-português e o castelhano. Explorando-os, os estudos aqui reunidos fornecem ao leitor uma visão plural, variada e compreensiva sobre o assunto.

É precisamente em relação às línguas que as conclusões gerais aportadas por este conjunto de artigos são mais interessantes e reveladoras, sobretudo no que diz respeito à história das línguas vulgares e a sua relação com outras línguas presentes na península ibérica, como é o caso do latim, árabe e hebraico. Ficamos a saber que o uso do vocábulo “natura” precede o de “naturaleza” em castelhano, denotando assim o peso do latim na definição e no desenvolvimento das línguas peninsulares. Por outro lado, fica também claro que o termo “natura” não se reporta, nesta época, ao mundo físico, conotação que virá a adquirir séculos mais tarde. Nos séculos XIII e XIV, tanto “natura” como “natureza” são conceitos operativos que se utilizam num contexto social e político, e, portanto, humano.

Em âmbito político “natura” relaciona-se preferencialmente com a definição dos limites e características do poder régio. Os artigos que abordam essa problemática mostram a pertinência e a visibilidade deste vínculo nos textos de Afonso X e de Pedro de Barcelos, muito embora os dois autores medievais sigam caminhos diferentes na construção da sua argumentação em torno dos poderes e legitimidades que procuram validar.

Por seu lado, “naturaleza”, um substantivo derivado do adjetivo “natural”, e que não tem correspondência em latim, tem um carácter territorial muito vincado, já que visa exprimir uma relação entre os súbditos do poder régio e a terra que ocupavam. O adjetivo “natural”, abundantemente usado por Afonso X nos seus tratados jurídicos, está também próximo desta dimensão. A análise dos aspetos lexicais e nocionais na obra afonsina, são levadas a cabo por George Martin no artigo que se intitula “Estratégias discursivas e linguísticas do legislador: A *natureza (naturaleza)* no *Septenario* de Afonso X, o Sábio”, um trabalho que se

revela fundacional no que toca ao estudo da problemática da “natura” e “natureza”, tanto na sua dimensão linguística como contextual.

Tendo a obra de Afonso X como ponto de partida para a reflexão em torno de tão ricos e complexos conceitos, os restantes artigos que compõem este volume desenvolvem linhas de investigação diferentes e originais, que revelam uma preocupação em apreciar o papel do rei Sábio na consolidação e na difusão do conceito de “Natureza” em obras posteriores. O estudo de Maria Jesus Soto-Bruna, que se centra na obra do filósofo Dominicus Gundissalinus (século XII), arquideão de Segóvia e membro da escola de tradução de Toledo, mostra que neste período, anterior ao governo de Afonso X, os termos “natura” e “natureza” ainda não tinham sido imbuídos do sentido que viriam a adquirir durante o reinado do referido monarca.

A importância da tradução de obras na consolidação deste conceito é uma temática privilegiada em duas contribuições. A de Rafael Ramón Guerrero procura analisar o conceito de “Natura” no *Picatrix*, nome pelo qual ficou conhecida a tradução promovida por Afonso X de um livro dedicado à astromagia atribuído erradamente ao matemático árabe Abū l-Qāsim Maslamah Ibn Ahmad al-Majrīṭī. O artigo dá ainda conta das fontes árabes usadas e da importância que esta tradução teve para autores muito posteriores, como é o caso de Marsílio Ficino ou Tommaso Campanella.

Ainda no que toca à relação destes conceitos com a literatura árabe e as suas traduções castelhanas, Hugo O. Bizzarri no estudo “Costumbre, naturaleza y condicionamiento astrológico en algunos textos sapienciales”, procura avaliar a presença de “natura” em obras como o *Calīla wa Dimna* ou o *Poridat de Poridades*, e o seu impacto na literatura sapiencial produzida na corte de Sancho IV e Afonso XI.

O texto de Ángel Poncela e Isabel Mata intitulado “El reflejo de la compleja naturaleza social entre las etnias de la Península Ibérica en algunos textos alfonsíes y hebreos”, reflete também sobre a importância da “natura” e “naturaleza” na definição do estatuto legal das comunidades judias e nas suas relações quer com a monarquia castelhana, quer com as outras comunidades religiosas da Península Ibérica.

No campo da lírica, no estudo de Francisco Grande Quejigo, “La naturaleza en las *Cantigas de Santa María*”, analisa-se a presença deste termo nas *Cantigas de Santa Maria*, uma compilação de cantigas dedicadas a Santa Maria redigidas pelo próprio Afonso X, e a sua relação com os prodígios milagrosos da Virgem, ou com os perigos da aventura e a devoção, mostrando que a funcionalidade do

conceito de “natureza” em Afonso X não se limita às obras de caráter jurídico.

As contribuições dos dois editores do volume também partem da lírica trovadoresca para construir as suas reflexões relativamente ao papel de “Natura” e “Natureza” na Idade Média peninsular: O de José Carlos Miranda, “Afonso, o Sábio, e o «trobar natural»”, indaga sobre a influência cultural e política de alguns trovadores galego-portugueses a partir de uma cantiga de escárnio de Afonso X e observa que a construção da sua identidade política implica um progressivo afastamento dos preceitos políticos que enformam o movimento trovadoresco no ocidente peninsular.

O estudo de Rosário Ferreira, intitulado “Pedro de Barcelos: sangue, natura e a ordem do mundo” investiga as funcionalidades que “natura” e “natureza” possuem na obra de Pedro, conde de Barcelos, herdeiro e leitor do seu avô Afonso X. Tendo como ponto de partida uma cantiga de escárnio escrita pelo conde, e realçando as influências de obras tão distintas como a *Ética a Nicómaco* de Aristóteles e a *General Historia* de Afonso X, mostra-se de que forma os dois conceitos centrais em estudo são fundamentais para a construção da organização social e política do mundo tal como este era entendido por Pedro de Barcelos.

Ainda na esfera portuguesa e regressando aos textos jurídicos, o estudo de José Domingues intitulado “As *Partidas* de Afonso X e a natureza jurídico-política do estado português”, mostra a influência da obra jurídica de Afonso X na construção do estado português no final da Idade Média (séculos XIV-XV). A sua influência na produção legislativa dos reis portugueses faz-se sentir já em Dom Dinis e é particularmente importante para a reforma jurídica proposta pelas *Ordenações* de Afonso V.

Apesar de vários estudos privilegiarem a receção dos dois conceitos no ocidente peninsular, tal não significa que a zona oriental da Ibéria tenha ficado esquecida. O artigo de Andreu Grau i Arau analisa o conceito de “natura” em dois pensadores fundamentais ligados ao reino de Aragão, Ramon Llull e Arnaldo de Vilanova, dando destaque a algumas obras que problematizam este conceito, como o *Liber de natura* ou *Doctrina pueril* do primeiro, e *El significado del Tetragrama* da autoria do segundo, mostrando a influência de filósofos como Aristóteles, Santo Agostinho e Platão nestes autores ibéricos.

Finalmente, o estudo de Carlos Heush, “*Fictio naturae: Natura y naturaleza, de las aulas a las cortes*”, trata de descrever a relação entre “natura” e o nascimento em várias obras dos séculos XIII, para depois demonstrar que o processo de criação do conceito de “natureza” em Afonso X está ligado a outras tradições jurídicas europeias, sobretudo à da escola de Bolonha.

Em conclusão, o conjunto de artigos incluídos neste volume, assim como a introdução que os apresenta, permitem um maior e mais alargado conhecimento sobre os conceitos de “natura” e “natureza” e a sua funcionalidade em quase todos os campos da literatura medieval ibérica, problematizando de forma eficaz a relação entre estes dois conceitos, a sua aplicação e uso em contextos específicos e a sua disseminação. Contudo, e apesar da sua abrangência temática, geográfica e linguística, o volume não inclui nenhum artigo sobre historiografia, abordada apenas tangencialmente no artigo de Rosário Ferreira. Fica a dúvida se a não inclusão de um artigo sobre textos pertencentes a este género é meramente contingente ou se se explica pela ausência dos dois conceitos nas obras historiográficas elaboradas neste período histórico. Espera-se, pois, que o estudo destes conceitos e da problemática que os envolve continue a merecer a atenção dos investigadores e que no futuro, os editores do volume possam vir a responder a esta interrogação.

Joana Matos Gomes
(SMELPS / Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)